

**HABEAS CORPUS Nº 514.774 - SP (2019/0165874-7)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : CLAUDIO MARCIO DA CRUZ  
**ADVOGADO** : CLAUDIO MARCIO DA CRUZ - SP302839  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDRE LUIS BALANDES POMPEU (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANDRE LUIS BALANDES POMPEU contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n.º 2083825-41.2019.8.26.0000).

Ao que se tem dos autos, o Paciente foi preso, no dia 08/02/2019, mediante representação do *Parquet*, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006.

Isso porque, segundo representação do Ministério Público, com base em interceptação telefônica deferida no curso da investigação derivada da operação *game over*, o Paciente seria responsável por fornecer entorpecentes em associação com os Corréus para esse fim.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem, mantendo a custódia cautelar, pelas razões assim sintetizadas na ementa do julgado:

*"Habeas Corpus com pedido de liminar - Tráfico ilícito e associação para esse fim - Prisão Preventiva - Decisão fundamentada (CF, arts. 5º, LXI, e 93, IX; CPP, arts. 283, 310 e 315) - Presença dos requisitos do artigo 312, caput, do mesmo codex - Peculiaridades do caso concreto que recomendam a manutenção do encarceramento preventivo - Medidas cautelares diversas da prisão processual, inadequadas à hipótese - Predicados pessoais favoráveis que não têm o condão de assegurar o reconhecimento do direito reclamado - Constrangimento ilegal não verificado - Ordem denegada."* (Fl. 502).

Daí o presente *writ*, no qual o Impetrante, a par das condições pessoais favoráveis do Paciente, sustenta não haver justificativa para a segregação cautelar.

Requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a substituição por medidas alternativas.

Nos autos dos *Habeas Corpus* n.ºs 500.448/SP e 514.079/SP – conexos a

este feito –, deferi, respectivamente, pedido liminar em favor dos Corréus MARCIO JOSE NISIGUCHI e MARCELO DE OLIVEIRA RIBEIRO, para revogar as prisões preventivas.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A prisão preventiva deve se apoiar em dados concretos extraídos dos autos, indicando prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria (*fumus comissi delicti*), assim como a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), segundo o disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

Na hipótese dos autos, o Juízo de primeiro grau de jurisdição, ao decretar a prisão preventiva – no que foi acompanhado pelo Tribunal estadual –, lançou a seguinte fundamentação:

*"Com relação à prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, extrai-se dos relatórios das escutas telefônicas realizadas durante a investigação iniciada pela DISE de Ourinhos, denominada operação 'Game Over', que, enquanto Márcio fornecia entorpecentes em uma loja de vídeo game e em um bar de sua propriedade, Aparecido, Marcelo, André Luis e Valéria Aparecida seriam os principais fornecedores das drogas.*

*[...]*

*Portanto, conforme bem observado pelo digno representante do Ministério Público desta Comarca, as escutas telefônicas realizadas revelaram a existência, em tese, de associação criminosa entre os denunciados, destinada à prática do tráfico nesta comarca.*

*Com relação aos fundamentos autorizadores da segregação cautelar, tem-se que os elementos contidos nos autos apontam para a possibilidade de reiteração delitiva, em razão do modus operandi demonstrado pelas investigações da Polícia Civil, notadamente no que se refere ao comércio de entorpecentes por meio de ligações telefônicas.*

*Além disso, os delitos supostamente cometidos pelos representados são graves e estão diretamente ligados ao aumento da violência e da criminalidade nesta pequena Comarca.*

*Sem dúvidas, o tráfico de entorpecentes ainda que em quantidades não consideradas relevantes nos grandes centros urbanos, em cidades pequenas, traz consequências muito mais gravosas à população - especialmente àquelas relacionadas à saúde pública, em razão do crescente número de dependentes químicos.*

*Faz-se necessária, portanto, a prisão cautelar para garantia da ordem pública, visando evitar a reiteração criminosa.*

*No que se refere à garantia da aplicação da lei penal, considerando a prisão de Márcio e Aparecido e a provável quantidade de pena a ser aplicada, nada faz crer que os réus permaneceriam no distrito*

*da culpa à espera da condenação.*

*Outrossim, conforme já referido, é grande a possibilidade de que voltem a delinquir, pois, em liberdade, encontrarão os mesmos estímulos e influências que os levaram a cometer o crime por que ora foram denunciados.*

*Diante do exposto, DECRETO a prisão preventiva de ANDRÉ LUIS BALANDES POMPEU, VALÉRIA APARECIDA BATISTA DE SOUZA TOMAZ e MARCELO DE OLIVEIRA RIBEIRO, com fundamento nos artigos 312, caput; e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal." (fls. 207-208; sem grifos no original).*

A despeito da prisão processual ter sido decretada com base em dados concretos extraídos dos autos (comércio de entorpecentes por meio de ligações telefônicas), os fundamentos consignados não justificam a medida extrema, pois as descrições fáticas não transbordam da normalidade dos modelos descritos nos tipos proibitivos (arts. 33 e 35 da Lei de Drogas), o que, por si só, é incapaz de conduzir a um juízo adequado acerca da periculosidade do Paciente. **Embora esteja configurado o *fumus commissi delicti*, não se pode concluir pelo *periculum libertatis*.**

A propósito, os seguintes julgados, *mutatis mutandis*:

*"Habeas corpus. 2. Tráfico e associação para o tráfico ilícito de entorpecentes. Condenação. 3. Paciente que respondeu solto a quase toda a instrução criminal. 4. Sentença condenatória. Segregação cautelar fundamentada apenas na gravidade abstrata do crime. 5. Ausência de fundamentação idônea. Decisão contrária à jurisprudência dominante desta Corte. Constrangimento ilegal verificado. 6. Ordem concedida para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento de seu apelo, se por algum outro motivo não estiver preso e sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares previstas na nova redação do art. 319 do CPP." (STF, HC 142.173, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 23/05/2017, DJe de 05/06/2017; sem grifos no original.)*

**"HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. REQUISITOS. GRAVIDADE ABSTRATA DOS FATOS. ELEMENTOS INERENTES AO PRÓPRIO TIPO PENAL. MERAS CONJECTURAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS.**

*1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis.*

*2. O decreto que impôs a prisão preventiva ao paciente não apresentou motivação concreta, apta a justificar a segregação*

***provisória, tendo-se valido de argumentos genéricos, justificando o cárcere com a gravidade abstrata do delito, com meras suposições de reiteração delitiva ou de fuga, e com simples referências a elementos inerentes ao tipo penal supostamente violado.***

3. O discurso judicial puramente teórico, carente de reais elementos de convicção, que não informe e individualize circunstâncias excepcionais da prática delituosa, não justifica a necessidade da rigorosa providência cautelar, configurando o constrangimento ilegal (Precedentes).

4. ***Embora não sejam garantidoras de eventual direito à liberdade provisória, condições subjetivas favoráveis do paciente merecem ser devidamente valoradas, caso não tenha sido demonstrada a real indispensabilidade da medida constritiva (Precedentes).***

5. Ordem de habeas corpus concedida, para determinar a soltura do paciente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo da imposição pelo Juízo local de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso demonstrada sua necessidade." (STJ, HC 373.953/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe de 16/12/2016; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para que possa o Paciente responder ao processo em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeira instância.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de origem sobre a tramitação da ação penal, solicitando-lhes, ainda, os antecedentes criminais do Paciente e a chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora